



PROJETO DE GOVERNO, ELEIÇÕES E ESQUERDAS NO BRASIL

Francisco Pereira de Farias*

1. O projeto de governo

Alguns analistas apontam, no governo da coalizão liderada pelo PT, as medidas de combate à inflação, como os juros altos, enquanto uma continuidade do modelo neoliberal de política econômica. No entanto, podemos ver que as medidas anti-inflacionárias adquirem outro significado no conjunto mais amplo das políticas governamentais. Outras políticas do governo se opuseram aos eixos básicos do modelo neoliberal, eixos esses que apontam para a retração do intervencionismo do Estado na economia. Ora, o cerne do “governo petista” foi a retomada do papel do Estado para alavancar o crescimento econômico e os freios às privatizações, à desregulamentação das relações de trabalho e à internalização do capital estrangeiro. Na política de proteção ao trabalho houve avanços, tendo o salário mínimo registrado um aumento próximo a 54% em termos reais, além da expansão dos investimentos em educação, urbanismo etc. Com isso, o governo fez do mercado interno uma das principais fontes do dinamismo da economia brasileira.

Podemos indagar qual força social passou a deter a hegemonia política no governo do PT. Não é difícil se perceber que, durante os governos neoliberais da década de 1990, o principal grupo social a beneficiar-se simultaneamente das políticas de desregulamentação do trabalho, privatizações e aberturas comercial e monetária foi o capital financeiro internacional, cujos interesses são internalizados no país através de uma “burguesia associada”. Se, de um lado, a indústria e os bancos nacionais sentiam-se prejudicados com a política de abertura comercial, de outro, o médio capital – base de uma ideologia nacionalista – viu-se excluído dos benefícios da política de privatizações. Somente a política de desregulamentação do trabalho conferia unidade às várias frações do capital, sob a hegemonia da burguesia associada.

Já no governo petista, a partir do seu modelo neodesenvolvimentista, poder-se-ia mostrar que a fração de classe a beneficiar-se prevalentemente dos resultados da política econômica passou a ser não mais a burguesia associada, mas a “burguesia interna”, cujo núcleo encontra-se no capital bancário nacional e na indústria nativa. Trata-se de uma fração da burguesia brasileira que, se não é “nacionalista”, também não seria “entreguista”, ou seja, mantém uma postura intermediária frente aos interesses do capital estrangeiro. Isso porque a burguesia interna, embora tenha uma base de acumulação

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

nativa, possui vínculos de dependência (tecnológica, monetária e comercial) com o capital internacional. São os interesses da burguesia interna que explicam, em boa medida, a alteração do perfil da política externa do governo brasileiro, que passou a ter um caráter mais independente no cenário mundial. Em resumo, com a passagem do modelo de política neoliberal do PSDB para o neodesenvolvimentista do PT, a hegemonia política moveu-se das mãos da burguesia associada (conservadora) para as da burguesia interna (progressista).

Como apontou Nicos Poulantzas, são vários os modos de “autonomia relativa” do Estado frente à classe dominante, sendo um deles a possibilidade de eleição de um partido de esquerda ao governo. Uma consequência dessa autonomia relativa é a capacidade do governo de impor à fração hegemônica da classe dominante uma política de concessões aos interesses da classe trabalhadora, em troca de uma estabilidade social e política. Um pressuposto dessa política de esquerda é que ela não aposta na máxima de quanto pior, melhor. Isso não quer dizer que o partido de esquerda abre mão necessariamente dos seus objetivos de longo prazo. Nesse sentido, o governo do PT passou de fato a implementar um leque mais amplo de reformas sociais favoráveis aos interesses materiais e culturais dos trabalhadores.

Na questão sindical, não parece que alguns analistas tenham apresentado elementos suficientes para caracterizar a CUT como uma central “governista”, se isso significar uma incapacidade de ela se opor às medidas governamentais que penalizam os interesses da classe trabalhadora. Pode-se dizer que, ao votar no governo do PT e assumir cargos no aparelho de Estado, a CUT aceitou uma aliança política com a fração hegemônica da classe dominante, sem que isso implicasse que tenha necessariamente perdido a sua independência de classe.

Algumas dissidências da CUT ocorreram mais por razões pragmáticas do que por divergências político-ideológicas. Já as correntes sindicais que avaliam o governo do PT como continuidade do modelo neoliberal só podem ser críticas da aliança política da CUT. De qualquer modo, segundo a avaliação de especialistas, o movimento sindical vem tendo conquistas durante a gestão do PT, diferentemente das regressões ocorridas no período do governo do PSDB.

O PT, que na campanha eleitoral de 1982 tinha um discurso de classe direto – o lema: “vote no 3 - o resto é burguês” -, viu no fracasso eleitoral o motivo para a sua revisão. Nas campanhas de 1988 e 1989, o partido assumiu uma referência classista metonímica: pobres, marginalizados, excluídos. Lula revelou a consciência da mudança do discurso, ao afirmar que “numa campanha como a de 88 nós não poderemos ser vanguardistas, não poderemos fazer um discurso que só nós compreendamos”.

Avaliando as experiências de governos petistas nos anos 2000, um analista notou que “o PT procurou desenvolver uma forma de democracia participativa mais eficaz, que ultrapassasse a simples participação em eleições e votações, e reorientar a política governamental em direção aos interesses dos pobres e da classe trabalhadora brasileira”.¹

¹ David Samuels, “A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT”, em Vitor A. de Angelo e Marco A. Villa (orgs.), *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)*. São Carlos: Edufscar, 2009, p. 240.

Embora essa ideia da reorientação da política governamental precisasse de melhor qualificação, operou-se um realinhamento político que explica a reeleição de Lula em 2006 e a eleição de Dilma em 2010, em campanhas que a polarização esquerda e direita se traduziu, em especial no segundo turno do pleito, num verdadeiro confronto de classes.

A conclusão desta tentativa de análise é que, digamos, o governo do PT apresenta uma dupla face. Por um lado, ele representa a hegemonia política da burguesia interna (bancária e industrial). Por outro lado, ele significa uma aliança política da classe trabalhadora com a fração hegemônica da classe dominante, em torno de reformas progressistas.

O projeto de governo liderado pelo PT não teria ainda se esgotado por ao menos três razões: o neoliberalismo ainda é forte nos países da Europa, e, no Brasil, o PSDB mantém a conquista dos governos estaduais das regiões mais desenvolvidas, além dos principais meios de comunicação fazerem a difusão majoritária das vozes dos interesses conservadores. O recente episódio envolvendo o engajamento do banco espanhol contra a reeleição da candidata do PT ao governo federal mostra a articulação do capital financeiro internacional com as forças conservadoras locais para a reconquista da hegemonia neoliberal no país. Somente com a mudança dessas variáveis (enfraquecimento do modelo neoliberal no plano mundial, conquista dos governos estaduais mais importantes e pluralização da mídia) a disputa hegemônica passaria para o interior do campo das forças neodesenvolvimentistas e se teria esgotado o ciclo da polarização PT e PSDB.

2. O papel das esquerdas no processo eleitoral de 2014

A análise do processo histórico, mais especificamente a teoria do desenvolvimento capitalista, levanta a possibilidade de “colapso” do sistema pela emergência das condições do antagonismo de classes (crise revolucionária).

O trabalho de Paul Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista*, constitui um ponto de partida desta questão dos limites do sistema, ao permitir a distinção entre, de um lado, as crises cíclicas do capitalismo e, de outro, sua crise estrutural, e de avançar elementos para uma análise ao segundo tipo de crise. O livro de James O'Connor, *USA: a crise do Estado capitalista*, analisa elementos que podem compor um processo de crise estrutural do capitalismo: capital monopolista, inovação técnica, desemprego tecnológico, população “excedente”, políticas sociais, crise fiscal do Estado. Jürgen Habermas, em *A crise de legitimação no capitalismo*, apresenta um novo aspecto das condições de possibilidade do “colapso” do capitalismo: a crise de legitimidade do Estado capitalista, em cuja fonte de descrença se encontra a “estrutura de classe”.

Um breve resumo do fio condutor de leitura desses trabalhos poderia ser o seguinte. A procura do superlucro conduz os capitalistas monopolistas a tentativas permanentes de “revolucionar” a tecnologia, não sendo o desemprego tecnológico, em consequência disso, um fenômeno transitório. Embora certa taxa de desemprego tenha, do ponto de vista capitalista, um efeito “salutar” na redução de salários e na elevação do lucro, já que induziria à competição entre os trabalhadores pelos postos de trabalho, no

longo prazo a tendência é o desemprego tecnológico deixar de ser funcional à economia capitalista, aparecendo a redução da jornada de trabalho como a alternativa capaz de impedir o “dualismo” da classe trabalhadora entre um decrescente grupo de empregados em tempo integral e uma crescente quantidade de desempregados, subempregados e casuais. Mas a possibilidade de as empresas pagarem salários constantes para declinantes quantidades de trabalho seria de difícil aceitação para elas, pois isso levaria a distorções nos preços de custo, de forma que uma redução significativa do tempo de trabalho, sem perda da renda, aponta para a necessidade de uma economia pós-capitalista.

É duvidoso se no momento atual teríamos uma crise estrutural do capitalismo. É verdade que a situação do desemprego entre os jovens nos países centrais é considerada “explosiva”, havendo contingenciamentos para reduzir as taxas de desemprego dos 40% para níveis de 20 a 25%, com a adoção dos estágios remunerados, empregos temporários etc. Mas no conjunto da força de trabalho ter-se-ia chegado a patamares disfuncionais de desemprego ou o capitalismo ainda tem a possibilidade de novas ondas de inovação técnica pela frente?

Nesse sentido, diante dessas incertezas, a “tática” mais prudente para a esquerda socialista parece ser a luta pela ampliação das reformas sociais progressistas e evitar, no Brasil, o retorno da coalisão conservadora, liderada pelo PSDB, ao governo federal.

3. A construção de uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com a transformação da sociedade brasileira

O resgate da ideia socialista no século XXI passa pela distinção entre o programa socialista e o modelo do capitalismo de Estado. O conceito de socialismo, pelo seu distanciamento das práticas dos “regimes soviéticos”, é aplicável ainda tão somente a um programa político, cujos elementos envolvem: a adoção do mandato imperativo no Estado, a federalização conselhistas dos meios de produção na economia e a escola anti-meritocrática na cultura. No capitalismo de Estado, o Estado é encarregado de controlar a propriedade dos meios de produção e de planificar a economia; a predominância dos planos centralizados se refere não somente à economia, mas também à cultura; a divisão do trabalho técnico e social é intensificada. A Rússia de 1917, a China de 1949 e os países do leste europeu serviram de exemplos desse tipo de sociedade.

Louis Althusser, em sua análise das mudanças no PCF, indica que o partido socialista deve evitar o seu isolamento junto à classe trabalhadora, seja que as forças políticas burguesas tentam lhe impor ou por erros de sua tática política. Ele aponta quatro eixos para o enraizamento do partido na sua base social: 1) uma teoria política viva: não fixada e desnaturada por fórmulas consagradas, mas lúcida, crítica, rigorosa e capaz de afrontar não apenas as contradições sociais, mas também as suas próprias “contradições”; 2) uma crítica e uma reforma aprofundada da organização interna do partido e de seu modo de funcionamento, afastando-se do modelo “stalianiano” do partido; 3) uma análise concreta da situação de classe da formação social específica; 4) a definição de uma política

de aliança de classe, combinando os acordos de cúpula com o desenvolvimento da luta do partido na base, para a mobilização ativa de boa parte da classe trabalhadora.²

A crítica da organização “staliniana” dos PC’s pode ir menos à linha da “oligarquização” (personalismo das lideranças) do que do “burocratismo” (visão tecnocrática). Ora, um dos pilares do burocratismo burguês é a ideologia meritocrática, ou seja, a ideia da divisão natural entre os mais e os menos capazes. O partido socialista, na sua ação revolucionária, visa romper com essa ideologia. No entanto, antes da crise revolucionária, como levar adiante uma prática de esquerda nos limites da ideologia do mérito? Umberto Cerroni, dentro da problemática quadros-massa, propôs a ideia do “partido filtro”, que conduza à produção e elevação de uma “massa de quadros”.³ Em outros termos, o partido tem de distribuir a um maior número de militantes de base as capacidades para as tarefas de direção, pois parte-se da premissa que as capacidades superiores não são inatas aos indivíduos, mas produzidas socialmente. Cabe assim ao partido trabalhar para a reversão das desigualdades culturais e políticas no âmbito dos seus militantes.

Alguns analistas falam em “reforma democrática e anticapitalista”, como elemento de um processo de transição ao socialismo. Mas aparecem aqui duas questões distintas. Uma diz respeito ao programa de transição ao socialismo (medidas anticapitalistas) em uma conjuntura de crise estrutural (revolucionária) da sociedade. Outra questão se refere ao programa de reformas em um contexto de estabilidade da ordem social.

Ralph Miliband, em *Marxismo e política*, refletiu sobre os desafios enfrentados pelo partido socialista, numa conjuntura de mudança estrutural da sociedade, depois de ganhar o governo pela via eleitoral. Parece ser esse o cenário que se aplica a ideia de um programa de transição ao socialismo.

Talvez falte uma reflexão melhor sobre a política de reformas do partido socialista na situação de normalidade da sociedade capitalista. Nesse caso, tratar-se-ia não de um programa de “reformas estruturais” (o que já é uma expressão problemática), mas sim de reformas (capitalistas) progressistas. O que estaria em jogo seria o tipo de desenvolvimento capitalista (se mais ou se menos favorável aos interesses da classe trabalhadora) e o perfil de alianças sociais do partido.

² Cf. Louis Althusser. *Ce qui ne peut plus durer dans le Parti communiste*. Paris: Maspero, 1978.

³ Cf. Umberto Cerroni. *Teoria do partido político*. São Paulo: LECH, 1982.